

Demonstrações Contábeis

**Amazônia Empresa Transmissora de
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 177.490 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.5, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria relacionado à contabilização das receitas de contrato na competência incorreta, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo contratual adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.5, 3.2 e 7 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de divergências no cálculo do ativo contratual da concessão, na apuração de tributos e contribuições diferidos e na classificação de aplicações financeiras de liquidez imediata descritos na nota 3.12, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 12 de março de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.12 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2019. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2019 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020, 2019 e 1º de janeiro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
ATIVO				
CIRCULANTE				
		99.549	84.372	61.508
Caixa e equivalentes de caixa	4	207	44.622	12.857
Títulos e valores mobiliários	5	67.603	-	-
Concessionárias e permissionárias	6	5.951	4.453	4.549
Ativo contratual da concessão	7	22.853	32.936	41.764
Outros ativos		2.935	2.361	2.338
NÃO CIRCULANTE				
		155.737	132.834	143.830
Outros ativos		136	137	130
Ativo contratual da concessão	7	154.637	131.732	142.636
Depósitos judiciais		640	665	746
Imobilizado		324	300	318
TOTAL DO ATIVO		255.286	217.206	205.338
PASSIVO				
CIRCULANTE				
		18.532	26.882	3.831
Debêntures	8	13.793	-	-
Arrendamentos a pagar	13.3	23	-	-
Tributos		-	748	666
Fornecedores		280	168	314
Salários, férias e encargos sociais		635	-	-
Contribuições diferidas	10	835	1.202	1.524
Partes relacionadas - Dividendos	13.2	-	23.320	37
Encargos setoriais		1.573	1.376	1.144
Outros passivos		1.393	68	146
NÃO CIRCULANTE				
		130.435	10.211	11.218
Debêntures	8	116.226	-	-
Arrendamentos a pagar	13.3	67	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.467	5.071	5.680
Contribuições diferidas	10	5.643	4.809	5.207
Provisão para contingências	11	597	331	331
Outros passivos		2.435	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
		106.319	180.113	190.289
Capital social	12.1	43.469	43.469	43.469
Reservas de lucros		62.850	136.644	146.820
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		255.286	217.206	205.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	51.847	29.621
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(3.407)	(5.255)
		(3.407)	(5.255)
LUCRO BRUTO		48.440	24.366
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(1.272)	(2.318)
Pessoal		(404)	(514)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(436)	(276)
		(2.112)	(3.108)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		46.328	21.258
Despesas financeiras	16	(1.434)	(56)
Receitas financeiras	16	2.578	1.415
		1.144	1.359
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		47.472	22.617
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.126)	(2.134)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(394)	609
		(2.520)	(1.525)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		44.952	21.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	44.952	21.092
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	44.952	21.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	43.469	8.694	13.437	119.254	-	5.435	190.289
Lucros distribuídos	-	-	-	-	-	(7.985)	(7.985)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.092	21.092
Destinação do lucro líquido:							
Reserva de lucros	-	-	-	-	1.359	(1.359)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(23.283)	(23.283)
Absorção de reserva de lucro do exercício (Adequação saldos impostos e contribuições diferidos)	-	-	-	(6.100)	-	6.100	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	43.469	8.694	13.437	113.154	1.359	-	180.113
Distribuição de dividendos - Segundo AGOE de 18.05.2020	-	-	-	(82.093)	(1.359)	-	(83.452)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.952	44.952
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.238)	(11.238)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(24.056)	(24.056)
Reserva de lucros	-	-	-	-	9.658	(9.658)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	43.469	8.694	13.437	31.061	9.658	-	106.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.472	22.617
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	1.364	-
Receita de aplicações financeiras	(941)	-
Atualização monetária - impostos a recuperar	40	-
Contingências	266	-
Depreciação e amortização	95	18
Outras receitas	(46)	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	468	(720)
	48.718	21.915
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(1.498)	96
Ativo contratual da concessão	(12.822)	19.732
Impostos a recuperar	(609)	-
Depósitos judiciais	-	81
Outros ativos	(541)	(30)
	(15.470)	19.879
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	112	(146)
Salários, férias e encargos sociais	537	-
Tributos e contribuições sociais a recolher	28	82
Outros passivos	3.303	154
	3.980	90
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(1.578)	(2.134)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.650	39.750
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários	130.498	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(197.160)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(66.662)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(142.029)	(7.985)
Empréstimos tomados	130.000	-
Pagamento de custo de capitação sobre debentures	(1.337)	-
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(37)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(13.403)	(7.985)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(44.415)	31.765
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	44.622	12.857
Saldo no final do exercício	207	44.622
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(44.415)	31.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “AETE”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis, tendo iniciado suas atividades operacionais em 19 de agosto de 2005.

A Companhia é diretamente controlada pela Apaete Participações em Transmissão S.A., que é controlada da Alupar S.A.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
008/2004	30	2034	R\$ 32.305	IGP-M

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IGP-M, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Impactos do COVID-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Alupar (controladora) adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado por sua controladora um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação, e uma Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens internacionais e nacionais; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office à unidade operacional, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras na unidade; plano de contingência no Centro de Operação e Subestação; intensificação da assepsia de todos os ambientes do escritório, centro de operação e subestação e; suspensão de visitas de colaboradores ou pessoas externas à unidade de negócio da Companhia; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos em renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do nosso segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia, uma vez que os preços de energia já foram acordados no leilão de forma que estão no ambiente regulado. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2021.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Adoção do Ofício circular CVM 04/2020

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular 04/20 que orienta quanto às práticas contábeis introduzidas com a adoção do CPC 47 e do CPC 48 a serem observados pelas Companhias transmissoras de energia elétrica. Os principais aspectos são: (i) atribuição de margens para o reconhecimento das receitas oriundas das obrigações de performance de construção e de operação e manutenção; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto do fluxo financeiro dos ativos contratuais da concessão, obtido após a atribuição das respectivas margens (iii) segregação em rubrica específica na demonstração de resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adequou suas práticas contábeis, revisou as taxas de descontos do ativo contratual, em comparação com a prática anterior, e não identificou nenhum ajuste relevante no resultado do exercício, relativo a exercícios anteriores, advindo dos aspectos mencionados, dado que desde a adoção inicial do CPC 47, a Companhia já adotava margens tanto na receita de construção quanto na receita de operação e manutenção.

2.3. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato, receita de operação e manutenção e receita de ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção e O&M. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 11,01% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.7.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00%

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

3.11. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Substituição do IFRS 4 - Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro. A entrada em vigor ocorrerá para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato. A entrada em vigor ocorrerá para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022;
- Alterações ao IAS 16 - Ativo Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12. Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está ajustando e reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função de:

- (i) Ajustes decorrentes dos efeitos da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os quais foram contabilizados originalmente durante o exercício de 2019, ou seja, após a data definida para adoção do referido pronunciamento contábil.
- (ii) Ajustes decorrentes de divergências identificadas na apuração dos tributos e contribuições diferidas.
- (iii) A Companhia reclassificou saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata classificadas anteriormente como títulos e valores mobiliários para caixa e equivalentes de caixa. Tal reclassificação já havia sido considerada na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, portanto, não houve efeitos em tais demonstrações, afetando apenas os saldos do balanço patrimonial.

Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Patrimônio líquido		Resultado
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
Saldos originalmente apresentados	149.052	71.035	27.192
(i) Ajuste no cálculo do ativo contratual da concessão	-	131.665	-
(ii) Ajuste na apuração dos tributos e contribuições diferidos	31.061	(12.411)	(6.100)
Saldos reapresentados	180.113	190.289	21.092

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Balanco		31/12/2019			01/01/2019		
		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(iii)	1.420	43.202	44.622	738	12.119	12.857
Títulos e valores mobiliários	(iii)	43.202	(43.202)	-	12.119	(12.119)	-
Ativo contratual da concessão	(i)	32.936	-	32.936	8.660	33.104	41.764
Outros ativos circulantes		6.814	-	6.814	6.887	-	6.887
Total do ativo circulante		84.372	-	84.372	28.404	33.104	61.508
Não circulante							
Ativo contratual da concessão	(i)	131.732	-	131.732	44.075	98.561	142.636
Outros ativos não circulantes		1.102	-	1.102	1.194	-	1.194
Total do ativo não circulante		132.834	-	132.834	45.269	98.561	143.830
Total do ativo		217.206	-	217.206	73.673	131.665	205.338
Passivo							
Circulante							
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(ii)	-	1.202	1.202	-	1.524	1.524
Outros passivos circulantes		25.680	-	25.680	2.307	-	2.307
Total do passivo circulante		25.680	1.202	26.882	2.307	1.524	3.831
Não circulante							
Arrendamentos a pagar							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	42.143	(37.072)	5.071	-	5.680	5.680
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(ii)	-	4.809	4.809	-	5.207	5.207
Outros passivos não circulantes		331	-	331	331	-	331
Total do passivo não circulante		42.474	(32.263)	10.211	331	10.887	11.218
Patrimônio líquido							
Capital social		43.469	-	43.469	43.469	-	43.469
Reservas de lucros	(i) (ii)	105.583	31.061	136.644	27.566	119.254	146.820
Total do patrimônio líquido		149.052	31.061	180.113	71.035	119.254	190.289
Total do passivo e patrimônio líquido		217.206	-	217.206	73.673	131.665	205.338

Demonstração do resultado		31/12/2019		
		Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	(i) (ii)	29.621	-	29.621
Custo dos serviços prestados		(5.255)	-	(5.255)
Lucro bruto		24.366	-	24.366
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.108)	-	(3.108)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		21.258	-	21.258
Resultado financeiro		1.359	-	1.359
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(2.134)	-	(2.134)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(ii)	6.709	(6.100)	609
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.192	(6.100)	21.092

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		31/12/2019		
		Original	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (i) (ii)	22.617	-	22.617
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa				
	Depreciação e amortização	18	-	18
	Contribuições e encargos regulatórios diferidos (ii)	6.709	(7.429)	(720)
		29.344	(7.429)	21.915
(Aumento) redução no ativo				
	Ativo contratual da concessão (i)	(111.933)	131.665	19.732
	Outros ativos	148	(1)	147
		(111.785)	131.664	19.879
Aumento (redução) no passivo				
	Outros passivos	70.950	(70.860)	90
		70.950	(70.860)	90
	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(2.134)	-	(2.134)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(13.625)	53.375	39.750
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
	Ativo contratual da concessão	50.826	(50.826)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		50.826	(50.826)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
	Pagamentos de dividendos	(5.435)	(2.550)	(7.985)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(5.435)	(2.550)	(7.985)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		31.766	(1)	31.765
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa				
	Saldo no início do exercício (iii)	12.856	1	12.857
	Saldo no final do exercício (iii)	44.622	-	44.622
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		31.766	(1)	31.765

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa:			
Numerário disponível	2	1.420	738
Aplicações Financeiras	205	43.202	12.119
	207	44.622	12.857

Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 97% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (95% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 96% do CDI em 1º de janeiro de 2019).

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2020
<u>Títulos e valores mobiliários</u>	
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	67.603
	<u>67.603</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos exclusivo do Grupo Alupar possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020.

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	5.951	4.453
	<u>5.951</u>	<u>4.453</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação da linha de transmissão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Movimentação do ativo contratual da concessão

Movimentação de contas a receber do ativo contratual	
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)	184.400
Receita de operação e manutenção	7.372
Remuneração do ativo contratual da concessão	25.490
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(52.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	164.668
Receita de operação e manutenção	10.423
(-) Parcela variável	(4)
Remuneração do ativo contratual da concessão	56.364
Receita de infraestrutura	(11.242)
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(42.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	177.490
Ativo contratual da concessão - circulante	22.853
Ativo contratual da concessão - não-circulante	154.637
	177.490

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2020	Principal	Custo a amortizar	31/12/2020
			Debêntures - 1ª Emissão	10/09/2026	DI + 2,70%	1.296	12.740	(243)	13.793
			1.296	12.740	(243)	13.793	117.260	(1.034)	116.226

Em 10 de setembro de 2020 a Companhia realizou a 1º Emissão de 130.000 debentures, totalizando R\$ 130.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 6 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 10 de setembro de 2026. A 1ª amortização do principal acontecerá em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 10 de março de 2021 e o último pagamento na data de vencimento (10 de setembro de 2026).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis da Alupar Investimento S.A. (fiadora). A Companhia estará sujeita a índices financeiros calculados a partir de suas demonstrações regulatórias apenas na hipótese de emissão de novas debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas obrigatórias até a data foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures - 1ª Emissão	14.036	10.400	10.725	12.350	14.300	69.485	131.296
Custo de captação	(243)	(243)	(243)	(243)	(244)	(61)	(1.277)
	13.793	10.157	10.482	12.107	14.056	69.424	130.019

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Custo a	Amortização	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2019	dívidas	encargos	amortizar	do encargos	31/12/2020
Debêntures						
Debêntures - 1ª Emissão	-	130.000	1.296	60	(1.337)	130.019
	-	130.000	1.296	60	(1.337)	130.019

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2020		31/12/2019 Reapresentado		01/01/2019 Reapresentado	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Passivo fiscal diferido						
Diferido do ativo contratual	177.490	177.490	164.668	164.668	184.400	184.400
Subtotal	177.490	177.490	164.668	164.668	184.400	184.400
Base de cálculo	177.490	177.490	164.668	164.668	184.400	184.400
Imposto diferido - base de cálculo	177.490	177.490	164.668	164.668	184.400	184.400
Alíquota presumido	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo diferido	14.199	21.299	13.173	19.760	14.752	22.128
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Total tributo alíquota efetiva	3.550	1.917	3.293	1.778	3.688	1.992
Total IRPJ e CSLL diferido	3.550	1.917	3.293	1.778	3.688	1.992
Total IR e CS alíquota aplicada		5.467		5.071		5.680
Total IR e CS alíquota incentivada		-		-		-
		5.467		5.071		5.680

10. Contribuições diferidas

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Passivo circulante	835	1.202	1.524
Pis Diferido	149	214	271
Cofins Diferido	686	988	1.253
Passivo não circulante	5.643	4.809	5.207
Pis Diferido	1.005	856	927
Cofins Diferido	4.638	3.953	4.280
	6.478	6.011	6.731

11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece em seus registros contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um processo de natureza trabalhista com classificação provável de perda no valor de R\$ 597 (R\$ 331 em 31 de dezembro de 2019).

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em Setembro de 2020 a RGPAR Participações e Consultoria Empresarial Ltda. transferiu por cessão onerosa a totalidade de suas ações da Companhia para o fundo CSHG Perfin Apollo 16 FIPM.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 43.469 composto por 43.468.800 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
RGPAR Participações e Consultoria Empresarial Ltda	-	-	4.319.712	9,94
CSHG Perfin Apollo 16 FIPM	4.319.712	9,94	-	-
Apaete Participações em Transmissão S.A.	37.709.184	86,75	37.709.184	86,75
José Geraldo Nonimo	1.439.904	3,31	1.439.904	3,31
Total das ações	43.468.800	100,00	43.468.800	100,00

12.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	44.952	21.092
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(11.238)	(5.273)
Dividendos adicionais propostos	(24.056)	(18.010)
Antecipação de dividendos	-	(2.550)
Reserva de lucros	(9.658)	(1.359)
Absorção de reserva de lucro do exercício	-	6.100
Saldo de lucros acumulados	-	-

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas

13.1. Remuneração da alta Administração

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração para a administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 436 (R\$ 549 em 31 de dezembro de 2019).

13.2. Dividendos

Em 08 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 35.294, com base no resultado levantado em 31 de outubro de 2020. Esses dividendos foram pagos em 14 de dezembro de 2020.

No encerramento do exercício, a Companhia apuro lucro de R\$ 44.952, sendo desses R\$ 11.238 distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios, imputados dos dividendos intercalares distribuídos durante o exercício, o saldo remanescente R\$ 24.056 foram distribuídos como dividendos adicionais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui em aberto valores de dividendos (R\$ 23.320 em 31 de dezembro de 2019).

13.3. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 90.

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	55.541	32.862
Deduções da receita operacional	(3.694)	(3.241)
Programa de Integração Social - PIS	(359)	(214)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.657)	(1.031)
Reserva global de reversão - RGR	(1.110)	(1.325)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(159)	(196)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(159)	(196)
Ministério de minas e energia - MME	(79)	(98)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(171)	(181)
Receita operacional líquida	51.847	29.621

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Custo dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.084)	(1.332)
Material	(466)	(24)
Serviços de terceiros	(1.093)	(3.445)
Aluguéis	(383)	(357)
Seguros	(65)	(39)
Outros tributos e taxas	-	(40)
Depreciação e amortização	(95)	(18)
Outros	(221)	-
Total custos dos serviços prestados	(3.407)	(5.255)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	2.578	1.415
Receita de aplicações financeiras	1.720	1.415
Outros	858	-
Despesas financeiras	(1.434)	(56)
Encargos sobre debêntures	(1.296)	-
Outros	(138)	(56)
Total líquido	1.144	1.359

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro presumido é debitada em resultado.

	31/12/2020		31/12/2019 Reapresentado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita de transmissão recebida	41.487	41.487	51.875	51.875
Percentual de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de presunção s/ receita de transmissão recebida	3.319	4.978	4.150	6.225
Prestação de serviços	-	-	720	720
Percentual de presunção de lucro	-	-	32%	32%
Base de presunção s/ receita de prestação de serviços recebida	-	-	230	230
Receita financeira	2.566	2.566	1.415	1.415
Base de cálculo	5.885	7.544	5.795	7.870
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.447)	(679)	(1.425)	(709)
Total dos tributos diferidos	(256)	(138)	395	214
Despesa total com tributos	(1.703)	(817)	(1.030)	(495)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	2	2	1.420	1.420	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	205	205	43.202	43.202	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	67.603	67.603	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	5.951	5.951	4.453	4.453	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-
	73.761	73.761	49.075	49.075		
Passivo						
Fornecedores	280	280	168	168	-	Custo amortizado
	280	280	168	168		

18.3. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

18.4. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

18.4.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

18.4.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

18.4.3. Risco de taxas de juros

A Atualização do contrato de debêntures está vinculada a variação do CDI.

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18.4.4. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18.4.5. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

18.4.6. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

18.5. Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi o CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
CDI	2,70%	130.019	3,38%	1,69%	2,54%	4,23%	5,07%
			8.024	5.767	6.895	9.152	10.280

AETE - Amazônia Ez Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro Garantia	1.304	130	26/04/2023
Seguro Garantia	300	30	16/08/2024
Seguro Automóvel	Tabela FIPE	4	03/07/2021
Seguro Automóvel	Tabela FIPE	3	03/07/2021
Responsabilidade Civil	50.000	2	28/08/2021
Total	<u>51.604</u>	<u>169</u>	

* * *

Patricia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2